

As organizações não governamentais nas pesquisas em educação: os emblemas conceituais

Non-governmental organizations in educational research: the conceptual emblems

Antonia Almeida Silva¹
Grazielle Miranda Silva²

Resumo

Este trabalho problematiza as visões e interpretações sobre as Organizações não Governamentais (ONGs) na produção acadêmica em educação voltada para o enfoque das políticas educacionais. O *corpus* foi constituído por 5 teses e 15 dissertações produzidas nos programas de pós-graduação em educação que tiveram conceito igual ou superior a cinco na avaliação trienal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES), concluída em 2010. Trata-se de uma incursão inspirada nos estudos do tipo estado da arte, os quais estão voltadas para vasculhar a produção acadêmica em temas específicos, seus diferentes enfoques e prioridades, bem como, levantar o debate sobre as suas contribuições para o campo de conhecimento em que se insere. Os principais conceitos analíticos que nortearam a pesquisa foram Público, Privado e Terceiro Setor. Os resultados da pesquisa evidenciaram interpretações conflitantes sobre a atuação das ONGs, com predominância das visões contrárias ao esvaziamento das responsabilidades do Setor Público, indicando, assim, movimentos de resistência às interpretações de que o Terceiro Setor seria a “salvação” para os problemas sociais.

Palavras-chave: Terceiro Setor; ONG; Público-Privado; Pesquisa em Educação

Abstract

This work problematizes the views and interpretations about Non-Governmental Organizations (NGOs) in academic production in education focused on the focus of educational policies. The corpus consisted of 5 theses and 15 dissertations produced in graduate education programs that had a concept equal to or greater than five in the triennial evaluation of the Personnel Improvement Coordination (CAPES), concluded in 2010. This is an incursion inspired by state-of-the-art studies, which are aimed at combining academic production on specific topics, their different approaches and priorities, as well as raising the debate on their contributions to the field of knowledge in which they operate. The main

- 1 Doutora em Educação. Professora do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Grupo de Pesquisa Centro de Estudos e de Documentação em Educação- Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) email antoniasilva@uefs.br <https://orcid.org/0000-0002-6790-7761>
- 2 Mestranda em Educação. Grupo de Pesquisa Centro de Estudos e de Documentação em Educação- Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) email grazimiranda3@gmail.com <https://orcid.org/0000-0002-6706-4960>

analytical concepts that guided the research were Public, Private and Third Sector. The results of the research showed conflicting interpretations about the NGOs' activities, with a predominance of views contrary to the emptying of the responsibilities of the Public Sector, thus indicating movements of resistance to the interpretations that the Third Sector would be the “salvation” for social problems.

Keywords: Third Sector; NGO; Public-Private; Education Research.

Introdução

O interesse para pesquisar sobre o tema das Organizações Não Governamentais (ONGs) decorreu do crescente aumento da atuação das entidades do terceiro setor no Brasil, especialmente, a partir do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), aprovado em 21 de setembro de 1995, o qual deixava explícita a concepção de que o Estado estava em crise. Com base nessa ideia, a reorganização do Estado emergiu como alternativa para a retomada do desenvolvimento nacional em vários países, incluindo o Brasil, tendo como eixo a substituição do chamado modelo de administração pública burocrática pelo modelo gerencial (PERONI; OLIVEIRA; FERNANDES, 2009).

Neste contexto, o presente trabalho volta-se para a problematização das visões e interpretações sobre a atuação das ONGs evidenciadas nas teses e dissertações, produzidas nos programas de pós-graduação em educação que tiveram conceito igual ou superior a cinco na avaliação trienal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES), concluída em 2010, com ênfase nas pesquisas em políticas públicas de educação.

O artigo apresenta um panorama dos estudos que tratam do tema ONGs, com o objetivo de analisar as concepções e visões em disputa, isto é, os prélios que se apresentam entre os estudos. Assim, de um lado, traz a reflexão sobre a emergência do campo de estudo das políticas educacionais no Brasil, e, de outro, caracteriza a produção sobre as ONGs, por meio de sua quantificação, identificação dos períodos de incidência, instituições de origem e, principalmente, as concepções que marcam as análises empreendidas.

O corpus se constitui em um banco de dados de uma pesquisa maior, composto por 1283 teses e dissertações voltadas ao debate sobre políticas públicas educacionais. Neste banco de dados foram identificadas 20 produções acadêmicas relacionadas com o tema das

ONGs e educação³.

A catalogação das produções se deu através dos resumos, com base nos descritores: *ONGs e educação e/ou Terceiro Setor e Educação*. A partir da identificação das produções, realizou-se a leitura integral de seis produções que trataram especificamente da atuação de ONGs e de suas possíveis influências nas políticas de educação.

A pesquisa aproxima-se dos estudos do tipo estado da arte. Estas, conforme Norma Ferreira (2002), caracterizam-se por pesquisas bibliográficas voltadas ao mapeamento de produções acadêmicas, objetivando vasculhar seus diferentes enfoques e prioridades, bem como, levantar o debate sobre quais condições e perspectivas estas produções estão inseridas. Destarte, procurou-se mapear os vieses das produções e suas contribuições para o campo de conhecimento em que se insere. Segundo Joaquim Severino (2007, p. 122) os textos enquanto fontes dos temas a serem pesquisados conduzem o pesquisador a trabalhar “a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos”, o que fomenta não só a identificação das tendências emergentes, mas a possibilidade de extrair significados novos.

Os principais conceitos analíticos que nortearam a pesquisa foram Público, Privado e Terceiro Setor. A noção de Terceiro Setor teve como inspiração a abordagem de Oliveira e Haddad (2001). Para eles, no contexto da Crise do Capitalismo e emergência das proposições de Reforma do Estado, o “terceiro setor” não mais seria conceituado como “todas as entidades sem fins lucrativos”, muito menos, pela relação biunívoca entre o público (Estado) e a sociedade civil (Organizações sociais). Dessa forma, “o novo conceito substituiria este clássico binômio [...] por um tripé: Estado/mercado/sociedade civil [...]” (OLIVEIRA; HADDAD, 2001, p.63) seria então, entendido como interseção entre o espaço público e o privado, reunindo virtudes de ambos para a promoção do bem comum.

No esforço de localizar a definição de terceiro setor, Montañó (2002) traz elementos para o entendimento das noções de público e privado, essenciais ao estudo aqui empreendido. Montano (ibidem) defende que o Estado é o responsável pelas questões

3A pesquisa que resultou na organização do banco de dados foi financiada pelo CNPq. O banco de dados com o conjunto das produções catalogadas é de acesso público e está disponível no Centro de Estudos e de Documentação em Educação (CEDE)/UEFS, no banco de dados da pesquisa “Produção acadêmica em políticas educacionais no Brasil – 2000-2010”, no endereço: <http://www.cede.uefs.br/>.

públicas e de interesses sociais, por isso, chamado de Público ou Primeiro Setor. O mercado trata das questões econômicas e da sociedade civil, por isso, é pertencente à esfera privada, também chamada de Segundo Setor. O Terceiro setor é uma área de intersecção entre as duas esferas citadas (a pública e a privada), e o seu surgimento está relacionado à ideia de que ele ultrapassa as burocracias estatais, e nega as ambições do mercado. Em tese, volta-se ao atendimento público, partindo de iniciativas privadas/voluntárias, diferindo do mercado por não visar fins lucrativos.

A opção pela inclusão dos conceitos público/privado decorre do reconhecimento da relevância das mesmas para a apreensão das tensões e visões em jogo, no contexto de valorização do Terceiro Setor como agente das políticas públicas. Com base na concepção de que o direito é um ordenamento de relações sociais, as categorias público-privado são situadas como elementos de distinção de relações entre iguais e desiguais, no sentido iluminado por Bobbio (1987).

Situado os parâmetros gerais que nortearam a pesquisa, o texto apresenta nos itens seguintes: a) uma incursão em torno da institucionalização da pesquisa e os movimentos de constituição do campo da educação; b) a caracterização e análise das produções acadêmicas sobre ONGs, especialmente quanto às visões que elas encerram sobre estas instituições.

As pesquisas educacionais e os embates políticos

As pesquisas voltadas ao debate Educacional são relativamente recentes no Brasil, mas estão longe de ser um território homogêneo. Por isto, são marcadas por diferentes tendências e concepções teórico-metodológicas. Considerando o que Bourdieu (1989) nos fala sobre o conceito de campo, este deve ser compreendido como um princípio de diferenciação que abrange a existência de poderes e saberes em disputa nos diferentes espaços sociais. Diante desta premissa, pensar sobre o campo de pesquisas educacionais traz à tona o debate sobre as relações entre as áreas de educação e de políticas públicas.

Os avanços educacionais no Brasil, sob uma perspectiva histórica, aconteceram lentamente, o que, de certo modo, justifica a construção tardia desse campo de estudo. De acordo com Ferreira (2009, p.46):

Na educação, não havia projeto amplo, não havia políticas sequências em prol da escola para todos, não havia um Estado que investisse seriamente na ampliação e qualificação do sistema educacional. Mesmo com o advento da República, as iniciativas foram superficiais e muito relacionadas à política, em vez de um efetivo investimento social.

De acordo com André (2006), a pesquisa em educação no Brasil surge com a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), justamente no final da década de 1930. Diante disso, as primeiras pesquisas educacionais no país foram norteadas pelas ideias trazidas pela tendência pedagógica da Escola Nova, a qual teve como um dos principais disseminadores o próprio Anísio Teixeira.

O INEP tinha em seus pilares, o objetivo apoiar os estudos e pesquisas na área educacional e se constituiu como uma das agências pioneiras com ações dessa natureza. De acordo com Gouveia (1971), inicialmente o predominaram no INEP os estudos de natureza psicopedagógica, notadamente no período de 1938 a 1950, enquanto no período 1956-1964, teriam predominado os enfoques sociológicos, sob a influência da ideologia desenvolvimentista que embalava parte dos discursos oficiais. À medida que o INEP foi se consolidando como agência de pesquisas educacionais, o movimento da Escola Nova foi ocupando mais espaço na cena político-pedagógica nacional. Segundo Marli André (2006), a formação de quadros para a pesquisa passou a se dar por meio do Centro Brasileiro de Pesquisa Educacional e de 5 Centros Regionais de Pesquisa. Instituídos em 1956, esses Centros passaram a dar grande centralidade às relações entre os processos de socialização e desenvolvimento nacional.

No dizer de André (2006), entre 1956 e 1964 foi-se desenvolvendo no país um debate socioeconômico, “era a vez das ciências sociais” (ANDRÉ, 2006, p.13). Não obstante, a subordinação das pesquisas aos interesses das forças que historicamente vem ocupando os espaços de poder, incluindo os governos, sempre fragilizou o lugar das

Ciências que se voltam para o humano e a vez das Ciências Sociais e das Ciências Humanas, abarcando a Educação, foi sempre atravessada por disputas desiguais.

O período da ditadura civil-militar (1964-1985) revela mais um capítulo dessa longa história de alijamento dessas Ciências. Neste período, de acordo com Joly Gouveia (1971), os estudos e pesquisas sofreram grande influência economicista. Assim, tanto as estruturas das escolas, quanto os objetivos das políticas educacionais dos regimes ditatoriais, caminharam por perspectivas divergentes do que era revelado pelas instituições de pesquisa e pelos pesquisadores. A visão do governo sobre a educação estava assentada em bases tecnicistas, e tinha como foco o desenvolvimento econômico, em contraposição à formação humanística.

A resistência e as formas de se reinventar, todavia, sempre estiveram presentes na verve de pesquisadores que, à medida que se gabaritavam, também construía m percursos mais independentes. Assim, desvinculação das pesquisas educacionais com os parâmetros dos órgãos oficiais eclodiram de forma mais veemente, à medida que a formação de pesquisadores se expandiu e a pesquisa passou a se imiscuir na vida universitária. Essa desvinculação, de acordo com Joly Gouveia (1971), acarretou pontos positivos e negativos. A autora sinalizou como positivo o estabelecimento de uma autonomia que possibilitou aos pesquisadores desenvolverem seus estudos (temas e metodologias), de acordo com seus interesses. Por outro lado, destacou como negativo a distância entre a pesquisa e efetivação nas políticas pública, algo que ainda se experimenta nos dias de hoje.

À medida que a universidade foi se afirmando como ambiente propício ao desenvolvimento de estudos autorais, os cursos de pós-graduação passam a ser os espaços de referência para os estudos se tornam mais diversificados e áreas diversas passaram a ser discutidas, o que proporciona o crescimento do campo da educação.

No entanto, de acordo com Gatti (1983), é perceptível o modismo tanto nas temáticas abordadas, quanto na importação de modelos de outras localidades, bem como a carência teórico-metodológica de certos estudos, o que acaba por dificultar o enraizamento científico. Silva e Jacomini (2016) em estudo desenvolvido sobre o cenário das produções acadêmicas em políticas públicas educacionais datadas no período entre 2000-2010

indicam que estas dificuldades ainda persistem no que tange às questões teórico-metodológicas. De acordo com as autoras isto pode ser percebido em sinais como:

[...] a dispersão dos estudos em várias frentes, a indiferença à memória da produção existente, o ecletismo na conformação da base teórica dos trabalhos em políticas educacionais, além da própria falta de explicitação das escolhas epistemológicas e metodológicas das produções, o que também vem sendo lido como um sinal de inconsistência do campo [...]. (SILVA; JACOMINI, 2016, p. 93-94)

Diante desse apanhado histórico, podemos perceber que a cultura da pesquisa no ambiente da universidade é ainda mais recente do que a produção de pesquisas educacionais, e enfrenta muitas dificuldades, além das relacionadas especificamente aos aspectos teórico-metodológicos. Assim, Ferreira (2009) traz como limites a serem superados, além da clareza teórica e metodológica, o descaso com o ensino superior público, a dificuldade de acesso ao financiamento da pesquisa, principalmente para as pesquisas voltadas as áreas sociais, pois para o Estado estas não trazem retorno financeiro, sendo assim, “ciência para o governo brasileiro é sempre ciência aplicável na geração de tecnologia que, nas perspectivas neoliberais, está associada ao desenvolvimento social” (FERREIRA, 2009, p.51).

Isto posto, a caracterização e análise das produções acadêmicas sobre ONGs são apresentadas a seguir como parte e expressão dos próprios movimentos que atravessam a pesquisa no Brasil, e os desafios para a constituição do campo da educação. Os estudos sobre este tema ainda ocupam pouco espaço dentre as produções da área e, portanto, está longe da saturação, mas carregam emblemas políticos importantes, desde as disputas conceituais.

As ONGS como objeto de estudo: os emblemas conceituais na produção acadêmica

Segundo Gohn (1997, p.60)

o termo ONG refere-se a um tipo peculiar de organização da sociedade. Trata-se de um agrupamento de pessoas, organização sob a forma de uma instituição da sociedade civil, que se declara sem fins lucrativos, com o objetivo de lutar e/ou/ apoiar causas coletivas

No contexto mais recente, dois movimentos distinguem a atuação do Terceiro Setor no Brasil. O primeiro está vinculado ao período aproximado de 1964 a 1985, durante a ditadura civil-militar. O segundo marco histórico, datado de meados da década de 1980, foi relacionado a um período em que a América Latina (e todo o mundo) sofreu uma Crise estrutural do capitalismo – iniciada nos anos 1970 e intensificada posteriormente.

No primeiro período foi marcado por diversos tensionamentos políticos na sociedade e as ONGs se apresentavam, então, como organizações contra hegemônicas, que se opunham às formas de opressão dominantes enquanto vigeu a ditadura civil militar. Como informa Fontes (2006, p. 222).

Elas tiveram como solo uma efervescência de movimentos sociais de base popular, os quais enfrentavam tanto o chamado ‘entulho autoritário’, isto é, a legislação arbitrária da ditadura (que só se transforma em 1988, com a nova constituição), quanto formas variadas de perseguição social (discriminação dos setores populares, alto grau de violência e repressão a todas as formas organizativas, inclusive por seguimentos paramilitares), heranças tradicionais aprofundadas durante os anos de ditadura.

No segundo período, observa-se a transmutação dos alinhamentos das ONGs, simultâneo ao processo de expansão das propostas de atuação do Terceiro Setor como ofertante de serviços, especialmente em substituição ao Estado. De acordo com Peroni, Oliveira e Fernandes (2009, p.762):

[...] após uma grande fase de expansão do capitalismo que se iniciou no período pós-guerra, este vive um período de crise e suas principais estratégias de superação – neoliberalismo, globalização, reestruturação produtiva e terceira via – redefinem o papel do Estado.

No entanto, esta crise foi compreendida de outra forma por alguns autores, como Bresser Pereira (1998), e chamada de Crise do Estado, com o argumento de que as organizações Estatais não deram conta de abarcar as suas funções, ao se desenvolver rapidamente para atender as questões sociais e às políticas públicas, o que teria repercutido em suas estruturas. De acordo com esta interpretação, o Estado acabou se endividando no âmbito externo e não conseguiu se reerguer. De acordo com essa visão, a crise não resultava das contradições e esgotamento desse ciclo do capitalismo, mas dos gastos que Estado obteve para sustentação de políticas públicas. Neste marco, as forças dominantes

passaram a asseverar o Estado como um “financiador ao invés de produtor dos serviços sociais” (PEREIRA, 1998 p.8).

As produções sobre ONGs

Como já informado, anteriormente o banco de dados utilizado no presente trabalho é composto por 1.283 trabalhos disponíveis no site institucional do Centro de Estudos e de Documentação em Educação (CEDE), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e resultou de uma pesquisa interinstitucional. No universo dos trabalhos 851 (66%) são dissertações de mestrado e 432 (34%) são teses de doutorado, coletados do Banco de Tese da CAPES (SILVA; JACOMINI, 2016).

Os trabalhos coletados, foram exploradas segundo as seguintes características gerais: distribuição por instituição, linhas de pesquisas, localidades que foram objeto de estudo e os professores que se destacaram na orientação desses trabalhos, mas também confrontados quanto aos vieses políticos que os orientam as interpretações sobre o lugar das ONGs nas políticas públicas de educação, face às formulações em favor da atuação do Terceiro Setor como ofertante de serviços, especialmente em substituição ao Estado.

Foram encontradas 20 produções acadêmicas, sendo 15 dissertações e 5 teses, entre 11 Programas de Pós-Graduação em Educação, conforme indicado no Gráfico 1. Segundo Macedo e Sousa (2010) essa quantidade maior de dissertações pode ser explicada pela existência de um maior número de programas e de discentes de mestrado do que de doutorado no Brasil. Percebeu-se a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foi a instituição que mais produziu no período, com 5 dissertações e 2 teses, seguida da Universidade de Campinas (UNICAMP) com 2 dissertações.

Quantitativo de dissertações e teses, organizadas pela natureza, e suas instituições (2000-2010)

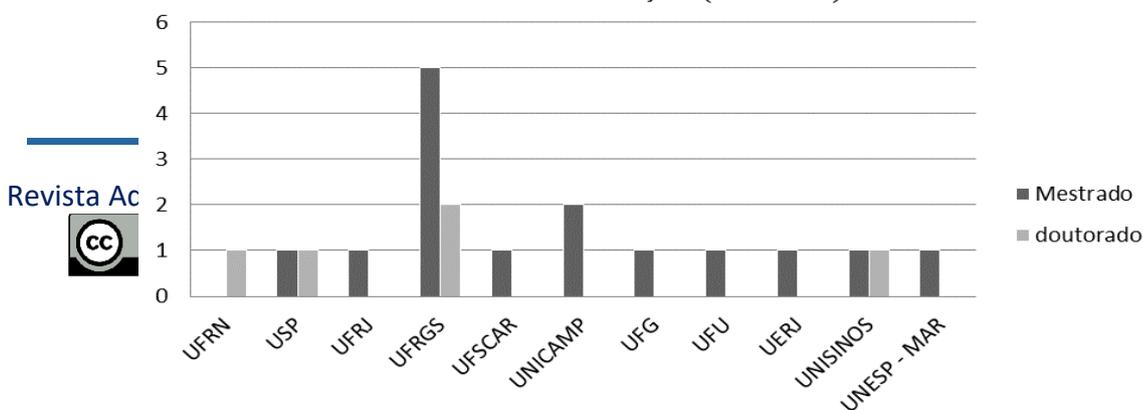


Gráfico 1

2021

Fonte: elaboração própria com base em Silva *et al* (2014)

No universo das produções 4 foram orientadas pela professora Vera Maria V. Peroni, da UFRGS. As produções nesta instituição foram mais recorrentes na linha de pesquisa “Políticas de formação, políticas e gestão da educação”.

No quadro 1, está em relevo as unidades da federação que tiveram experiências de atuação do Terceiro Setor e que foram estudadas entre as 20 teses e dissertações selecionadas.

Quadro 1 – Unidades da Federação que foram objeto de estudo

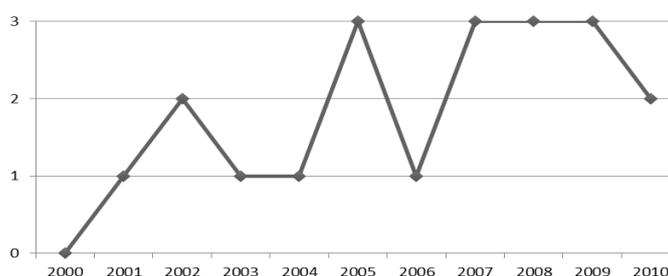
Unidade da Federação	Quantidade	Total
Maranhão (MA)	1	1
São Paulo (SP)	4	7
Rio de Janeiro (RJ)	2	
Minas gerais (MG)	1	
Rio Grande do Sul (RS)	7	8
Santa Catarina (SC)	1	
Tocantins (TO)	1	1

Não definido	3	3
--------------	---	---

Fonte: Elaboração própria com base em Silva *et al* (2014)

Ao longo do período a incidência dos trabalhos foi irregular, como se observa no gráfico 2. Chamou atenção a ausência de produção no ano 2000, enquanto entre 2001 e 2010 os números oscilam frequentemente, alcançado alguma estabilidade apenas entre 2007 e 2009, quando se registrou três produções por ano.

Gráfico-2



Fonte: Elaboração própria com base em Silva *et al* (2014)

Desde a leitura dos resumos, percebeu-se a polarização de duas formas básicas de lidar com o tema. Em decorrência disso os trabalhos foram classificados em dois grupos. O primeiro, composto por 5 produções, engloba aqueles mais alinhados à atuação das ONGs, compreendendo-as como positivas no desenvolvimento de funções voltadas para a educação. O segundo grupo, composto por 15 produções, ao contrário do primeiro, revela posições adversas à atuação das ONGs.

Os argumentos apresentados são representativos das próprias teorias que dão sustentação a esses grupos. No caso do primeiro (os que positivam a ação das ONGs), por exemplo, os trabalhos encontrados alegam a morosidade do Estado em realizar suas funções e, por isso, apresentam as ONGs como organismos mais livres das amarras burocráticas, e com capacidade de vencer as barreiras que dificultam ações mais rápidas e que se beneficiam da expertise do Segundo Setor, mas sem perder o sentido social que marca o Terceiro Setor. No segundo (os que problematizam a presença das ONGs) são marcantes as denúncias relacionadas às mudanças políticas trazidas pela globalização e

pelo neoliberalismo, procurando evidenciar como elas são constitutivas da agenda de desestatização e, portanto, de fortalecimento do mercado e, logo, do próprio capital.

Do conjunto das 20 produções, foram selecionadas seis para a análise integral, sendo três de cada grupo. Portanto, do primeiro grupo foram selecionados Camba (2004) Batista (2009) e Pegoraro (2008). De acordo com estes autores, as ONGs são entidades que procuram manter viva ou revitalizar o tecido social já bastante deteriorado pela ausência ou pela presença insuficiente do poder público (Estado) ao longo de décadas. Para subsidiar suas análises eles recorreram, principalmente, como aporte teórico a Pereira (1998), responsável pela consolidação do Plano de Reforma do Aparelho do Estado (1995) e que defende que vivemos uma crise fiscal do Estado.

A dissertação de Camba (2004), defendida na Universidade de São Paulo-USP, sob a orientação de Moacir Gadotti, problematiza a relação entre as ONGs e as escolas públicas Municipais, Estaduais, e as respectivas redes e sistemas de ensino na visão dos dirigentes das Organizações Não - Governamentais, no período de 1999 a 2002, no Estado de São Paulo. Objetivando estimular reflexões acerca destas atuações da sociedade civil por meio das ONGs, defende que a sociedade sofre com a crise na educação provocada pela falta de manutenção do Estado e este por sua vez é incapaz de cumprir seus deveres, dentre eles a garantia da educação de qualidade a todos. A vista disso sociedade civil precisa se organizar e se colocar como auxiliar, visando o exercício da democracia e da cidadania. Em uma das passagens do texto a autora põe em relevo a fala de um entrevistado, presidente de uma das ONGs que colaboram na pesquisa de Camba (2004. p.39):

O Estado está falido. Falta de recursos, professores e direção desmotivados. Se tem uma estabilidade e uma tranquilidade financeira você desenvolve o projeto. A escola está preocupada hoje em dia em continuar funcionando.

Batista (2009), na dissertação apresentada na Universidade Estadual Paulista (Unesp-Marília), sob a orientação de Paschoal Quaglio, que também compõe grupo um, realiza um debate sobre a Reforma do Estado, derivada da “crise” e defende a diminuição

da atuação estatal em relação às demandas sociais. Ele ressalta como mudança necessária a ressignificação do papel da sociedade civil na participação e na resolução dos problemas que afligem os mais vulneráveis socialmente. Em seu entender, as ONGs são agentes políticos relevantes na atual conjuntura nacional e internacional, com capacidade para dar efetividade às políticas públicas de promoção dos direitos sociais e de exercício da cidadania. Defende também que as ONGs podem contribuir para um amadurecimento da consciência política dos diferentes setores da sociedade. Sua pesquisa teve como objetivo analisar aspectos particulares da atuação da ONG denominada Patrulha Juvenil de Garça, no que tange à sua intervenção no âmbito das políticas públicas de juventude.

A tese de Ludimar Pegoraro (2004), defendida na UFRS, sob a orientação de Arabela Campos Oliven, teve como objetivo analisar o compromisso social das fundações universitárias em Santa Catarina e tomou como objeto de estudo a Universidade do Contestado (UnC), contextualizando o universo das universidades, bem como da crescente atuação do terceiro setor no cenário atual. Neste trabalho, a autora estabelece as relações entre a crise do capitalismo e a crise do Estado, realizando uma análise da reforma do Estado, sob a perspectiva de Pereira (1998). Um de seus argumentos está fundado na ideia de que o Estado brasileiro, ainda, é oligárquico e por isso é improvável que ele sozinho estabeleça a legítima democracia e possa abarcar as demandas sociais sozinho. Assim como nas outras produções que compõem o grupo um, a autora coloca a intervenção da sociedade civil, por meio do Terceiro Setor, como uma forma de garantia de direitos.

Pegoraro (2008) ao realizar um apanhado histórico, político e socioeconômico do surgimento do terceiro setor, discorre sobre os contextos do neoliberalismo e do Estado e chega à conclusão de que nem o mercado (privado), muito menos o Estado (público) teriam condições de dar conta do atendimento da população, em face da crise do capitalismo. Dentro dessa compreensão desenvolve sua argumentação para defender que a sociedade civil buscou e precisa buscar soluções para suas demandas.

Os autores selecionados para análise integral dos textos no grupo dois foram Úrsula Lélis (2007), Paulo Martins (2002) e Juliana Lumertz (2008). Úrsula Lélis (2007) defendeu dissertação na UFU, sob a orientação de Maria Vieira Silva. O trabalho teve como objetivo

discutir o papel do “terceiro setor” no processo de cooptação do espaço público pelas modernas empresas privadas, no contexto de criação do Estado Amplo, e abatimento do Estado Restrito, dentro do novo ciclo do capital. A pesquisa colocou em relevo o Programa de Gestão Municipal e Escolar – Programa Escola Campeã, na cidade de Montes Claros – MG. Ela demonstra que a expansão do Terceiro Setor vem ocorrendo em meio ao desenvolvimento de mecanismos de produção de novas roupagens conceituais. Ressalta nesse sentido a própria adulteração do conceito de cidadania, mediante a associação com o de filantropia, enfraquecendo os movimentos sociais que lutam pela garantia dos direitos e transfere o controle social da esfera estatal para um setor “terra de ninguém” para o “terceiro setor” (LÉLIS, 2007).

Paulo Martins (2002) desenvolveu sua pesquisa de mestrado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sob a orientação de Pablo Gentili. Teve como propósito compreender o paulatino movimento de transferência de responsabilidades públicas, na área educacional, para entidades privadas, na década de 1990, no Brasil. Tal movimento, nas palavras do autor, encerra uma das mais ousadas modalidades de privatização da educação pública, especialmente em razão do financiamento público assegurado às entidades privadas. Em direção oposta à de Pegoraro (2008) o estudo de Martins (2002) denunciou a ideologia das ONGs. Citando Petras (2000) ele infere que,

A ideologia das ONGs quanto às suas atividades privadas e voluntárias destrói o sentido de "público"; a ideia de que o governo tem obrigação de representar todos seus cidadãos. Contra essa noção de responsabilidade pública, as ONGs fomentam a ideia neoliberal de uma responsabilidade privada para com os problemas sociais [...]. (PETRAS, 2000, p.27 *apud* MARTINS, 2002, p 115)

Por fim, Juliana Lumertz (2008), que desenvolveu sua dissertação sob a orientação de Vera Peroni, na UFRGS. Sua pesquisa buscou analisar as relações estabelecidas entre a rede municipal de ensino de Sapiranga e o Instituto Ayrton Senna, revelando as consequências dessa relação para a gestão educacional, tendo como foco da discussão a relação entre o público e o privado. A autora buscou evidenciar os impactos das ações do instituto Ayrton Senna e os seus significados no contexto das parcerias público – privadas

envolvendo o Terceiro Setor.

Na perspectiva desses autores, a crise vivida na sociedade brasileira precisa ser entendida em relação com as concepções hegemônicas na sociedade. Portanto, os autores do grupo 2 revelam que, desde a década de 1990, o Estado brasileiro sofreu e agiu sob os impactos do neoliberalismo, ancorado nas estratégias da Terceira Via, da Reestruturação Produtiva e da globalização da financeirização, o que ocasionou impactos sociais tanto no emprego, quanto nos direitos sociais de forma geral, especialmente em educação e saúde.

Em nosso entender, as análises apresentadas pelos autores que representam a defesa da atuação das ONG na gestão e oferta de serviços de responsabilidade do Estado, envolvem limites graves, pois considerar que a crise vivenciada pelo Estado resulta unicamente de sua incapacidade administrativa é um equívoco. Levando em consideração que o mundo passou por um período de grande expansão do Capitalismo, e mais uma vez se defrontou com uma crise no modelo de acumulação empreendido, a suposta crise do Estado é expressão e parte da crise da acumulação do capital.

Considerações finais

Desde a escolha dos referenciais teóricos utilizados para subsidiar as discussões traçadas, até as visões encontradas nas produções acadêmicas voltadas ao estudo de ONGs, nota-se que este debate tem crescido ao passo em que a atuação destas instituições do Terceiro Setor também vem se expandindo.

Nesse percurso percebeu-se que conceituar o Terceiro Setor é um exercício escorregadio, “é uma tarefa que impõe muitos desafios, tanto pela força ideológica que o mesmo evoca, quanto pela variedade de entidades que vem se organizando” (LÉLIS, 2007, p. 209).

Como visto, a atuação do Terceiro Setor, para alguns segmentos da sociedade, representa aquilo que não é nem mercado (privado) e nem Estado (público), mas o público não estatal. Os defensores desta visão positivam esta mescla como uma alternativa para a sociedade, uma vez que, se distancia da lógica desigual do mercado, bem como, da falência e ineficiência do Estado. O Terceiro Setor, situa-se nesse entendimento como organizações

com autonomia em prol do desenvolvimento profícuo da sociedade.

Como exposto durante o trabalho, é preciso perceber que, em meio às expectativas e argumentos, envolvendo as afirmações de que o Terceiro Setor seria a alternativa para o reforço da “sociedade civil”, há um espaço de disputa de interesses e de poder que secundariza as pautas complexas e com repercussão direta sobre a vida dos setores historicamente pauperizados e, não por acaso, também menos organizados. Portanto, com pouco capital político para arguir os modelos de participação que vêm sendo disseminados pelas forças alinhadas aos interesses e visões dominantes.

Da mesma forma em que temos que observar estas questões, temos também que colocar em pauta o modo como o Estado é colocado a serviço dos interesses dos setores hegemonicamente dominantes, fato que corrobora para o fortalecimento de instituições privadas na promoção de serviços públicos, num franco movimento de negação da ideia de direitos. Os conceitos de público e privado, nesse contexto, emergiram como chaves importantes para o entendimento das relações de poder em disputa, pois como assinala o próprio Bobbio (1987), são categorias que informam relações entre iguais e desiguais.

Associado a isto, Peroni, Oliveira e Fernandes (2009) chamam a atenção para o entendimento dos processos que atravessam a formulação e implementação das políticas e as relações entre o público, o privado e o público-privado no debate contemporâneo sobre a gestão pública. Em diálogo com esses entendimentos, os achados desta pesquisa, desvelam as intencionalidades existentes nos planos de diminuição da intervenção do Estado, bem como, os jogos de interesse, de disputa e de poder que permeiam as relações entre as organizações da sociedade civil. Os resultados da pesquisa, também, demonstraram que as teses e dissertações mapeadas evidenciam embates entre as concepções de matriz liberal e as de matriz histórico-crítica, com predominância de interpretações que questionam a atuação das ONGs. Revelam, assim, movimentos de resistência às visões que apresentam o Terceiro Setor como via alternativa eficaz na concepção e condução de políticas públicas de natureza social, notadamente em educação.

Enfim, o desenvolvimento dessa pesquisa demonstrou que há muito mais sobre a educação a ser discutido, além das práticas existentes nas escolas. Há muito que ser

desvelado em relação aos conflitos políticos que permeiam nossa sociedade e que influenciam diretamente nas conjunturas educacionais do nosso país. Dessa forma, este estudo aponta para um caminho de problematização de como os mecanismos neoliberais são persuasivos e têm agido, cada vez mais, com eficácia na conquista do consenso popular, ao passo em que há um movimento contrário a estes mecanismos que realizam denúncias em relação às perdas dos direitos sociais.

Referências

ANDRÉ, Marli. A jovem pesquisa educacional brasileira. **Diálogo Educacional**, Curitiba, PR, v. 6, n.19, p.11-24, set./dez., 2006.

BATISTA, Wilson Roberto. **Organizações não governamentais e políticas públicas de juventude: a atuação da Patrulha Juvenil de Garça**. 2009. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Marília - SP, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/96347> Acesso em 20/05/2018.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

CAMBA, Salete Valesan. **ONGs e escolas públicas: uma relação em construção**. 2004, 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo - SP, 2004. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2017/07/Salete-disserta%C3%A7%C3%A3o-Total-Gadotti-28-02-04-defesa.pdf> Acesso em 20/05/2018.

FERREIRA, Liliana Soares. A pesquisa educacional do Brasil: tendências e perspectivas. **Contrapontos**, Itajaí – SC, vol. 9, n.1, p. 43-54, 2009.

FERREIRA, Norma S. de A. As Pesquisas Denominadas “Estado Da Arte”. **Educação & Sociedade**. Campinas – SP, ano XXIII, n. 79, p.257-272. Ago.2002.

FONTES, Virgínia. A sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980 In. LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p.201-239

GATTI, Bernadete. Pós-graduação e pesquisa em educação no Brasil: 1978-1981. **Cadernos de Pesquisa**, n. 44, p. 3-17, 1983.

GOHN, Maria da Glória. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997.

GOUVEIA, Aparecida. Pesquisa educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo – SP, n. 1, p. 1-48, 1971.

LÉLIS, Úrsula Adelaide de. **Políticas e práticas do Terceiro Setor na educação brasileira, no contexto de reconfiguração do estado**. 2007. 344 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia – MG, 2007.

LUMERTZ, J.S. **A parceria público-privada na educação: implicações para a gestão da escola**. 2008, 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 2008.

MACEDO, Elizabeth; SOUSA, Clarilza Prado. A pesquisa em educação no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro: Anped, v. 15, n. 43, p. 166-176, jan./abr. 2010.

MARTINS, Paulo. F. M. **Educação e “terceiro – setor”**: no limiar da privatização. 2002, 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ, 2002

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

OLIVEIRA, Anna C.; HADDAD, Sérgio. As organizações da sociedade civil e as ONGs de educação. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo – SP, n. 112, p.61-83, mar., 200.

PEGORARO, Ludimar. **O Terceiro Setor e a Educação Superior no Brasil: compromisso social das fundações em Santa Catarina, o caso Universidade do Contestado**. 2008, 358 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS, 2008. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/13279> Acesso em 20/05/2018.

PEREIRA, Luiz C. Bresser. **Reconstruindo um novo Estado na América Latina**. Brasília: ENAP, 1998. PERONI, Vera Maria; OLIVEIRA, Regina Tereza C. de; FERNANDES, Maria Dilnéia E. Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. **Educação & Sociedade**. Campinas, SP, vol. 30, n. 108, p. 761-778. Out. 2009. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br/>.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo. Cortez. 2007.

SILVA, Antônia A.; JACOMINI, Márcia A. (orgs). **Pesquisa em políticas educacionais: características e tendências**. Feira de Santana. UEFS Editora, 2016.

SILVA, A. A. (Coord.) et al. **Produção acadêmica em políticas educacionais no Brasil - 2000-2010: dados dos programas conceito 5 ou mais**. [Banco de dados]. Pesquisa financiada pelo CNPq, Edital/Chamada CNPq/CAPES nº 07/2011. Feira de Santana: Cede, 2014. Disponível em: <http://www.cede.uefs.br/> Acesso em: 24 abr. 2021.

Recebido em: 11-03-2021

Aceito em: 20-03-2021